EDITORIAL

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc mais do que socorrer artistas, agentes culturais, grupos, coletivos e instituições, evidenciou a complexidade da realidade do campo cultural no Brasil, particularmente seus paradoxos. Por um lado, a LAB, como ficou popularmente conhecida, pode ser reconhecida como um marco na história contemporânea das políticas culturais no país, na medida em que é resultado de um amplo processo de participação política e setorial, e de uma efetiva articulação sistêmica envolvendo o legislativo e o executivo nas três esferas de governança. Seu processo de formulação, aprovação e operacionalização envolveu artistas e agentes culturais, fóruns de gestores culturais, poder legislativo, organizações da sociedade civil e secretarias de cultura, numa articulação nunca antes vista no país. A Lei Aldir Blanc viabilizou um investimento substantivo de quase R$ 3 bilhões para ajuda emergencial ao setor cultural que, para além de sua importância na experiência simbólica, identitária e de sociabilidade, impacta de forma efetiva a economia do país. A expressão "primeira a parar, última a voltar", se transformou no bordão que melhor refletia a situação da cultura em tempos de pandemia.

Por outro lado, para além do socorro financeiro ao setor, a LAB evidenciou a atualização de várias outras dimensões relacionadas às políticas públicas, à gestão cultural, à diversidade e à participação social. Revelou capacidades de adaptação e inovação, de ação conjunta, solidária e colaborativa entre os diversos atores da cena cultural do país, além de contribuir para o exercício do isolamento social com a oferta expressiva de bens e serviços culturais pela internet.

Mas é preciso, para além de festejar, reconhecer que os problemas históricos e anteriores à pandemia, no campo cultural brasileiro, também foram evidenciados: a fragilidade do modelo sistêmico de construção e execução das políticas públicas; a incompatibilidade entre o arcabouço jurídico e administrativo do Estado e a diversidade das realidades setoriais e territoriais; a inexistência e precariedade das estruturas administrativas e das competências para a gestão pública da cultura, especialmente nos

municípios; e o mais perverso, a desigualdade entre os diversos agentes e setores culturais.

Nesta edição de número 94 do Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, reunimos 12 trabalhos escritos e 22 trabalhos artísticos que expressam e dialogam com diferentes territórios e contextos culturais no Brasil. As reflexões sobre processos e as análises pontuais e mais amplas, foram organizadas em duas seções. A primeira abordando temáticas convergentes com a diversidade cultural, economia, meios de comunicação e difusão e a segunda seção abordando os aspectos da gestão cultural, da produção e da participação social.

A todos, todas e todes que apresentaram seus textos e trabalhos artísticos, nosso sincero agradecimento. Esperamos que a leitura de mais esta edição do Boletim ODC, possa contribuir para tornar público o trabalho de milhares de pessoas que lutam para a retomada da vitalidade cultural em nosso país, mesmo reconhecendo os aspectos paradoxais e desafiadores que temos a enfrentar e superar.

Ótima leitura!